

## 15º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2024

### FINANÇAS PÚBLICAS E A GESTÃO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP POR MEIO DE INDICADORES FISCAIS

IGOR V. NOGUEIRA<sup>1</sup>, LETICIA P. RAMOS<sup>2</sup>, ALICE Z. NAZATO<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Professor EBTT, IFSP, Campus Caraguatatuba, [igorvasconcelosnogueira@ifsp.edu.br](mailto:igorvasconcelosnogueira@ifsp.edu.br).

<sup>2</sup> Técnica em Assuntos Educacionais, IFSP, Campus Capivari, [leticiaqramos@gmail.com](mailto:leticiaqramos@gmail.com).

<sup>3</sup> Discente do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, IFSP, Campus Piracicaba, [nazatoalice@gmail.com](mailto:nazatoalice@gmail.com).

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 6.02.02.01-7 Contabilidade e Finanças Públicas

**RESUMO:** O presente trabalho analisa a evolução das finanças públicas do Município de Piracicaba/SP, entre 2000 e 2019, por meio de indicadores de receitas, despesas, *Per capita*, liquidez e endividamento, extraídos dos balanços orçamentários disponibilizados no Portal da Transparência do município. Os resultados indicam que, apesar do crescimento das receitas próprias, há uma dependência de transferências correntes, especialmente para financiar despesas correntes. A liquidez corrente demonstra uma situação financeira estável, enquanto os indicadores de endividamento apontam para um controle do déficit das receitas de capital. O estudo conclui que, as relações entre as receitas e as despesas do Município de Piracicaba/SP demonstram uma boa saúde financeira do município, não havendo preocupação com relação aos gastos com pessoal no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, deve-se ter atenção futura com os gastos com pessoal, que representaram a maior parte das despesas totais, e com o fato do aumento das receitas totais ao longo do período, ter sido impulsionado principalmente pelas transferências correntes, com destaque aos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do Fundo Municipal de Saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Finanças Públicas; Receitas Municipais; Despesas Municipais; Indicadores de Gestão.

### PUBLIC FINANCES AND MUNICIPAL MANAGEMENT: AN ANALYSIS OF REVENUES AND EXPENSES OF THE MUNICIPALITY OF PIRACICABA/SP USING FISCAL INDICATORS

**ABSTRACT:** This work analyzes the evolution of public finances in the Municipality of Piracicaba/SP, between 2000 and 2019, through indicators of revenue, expenses, Per capita, liquidity and debt, extracted from the budget balances available on the municipality's Transparency Portal. The results indicate that, despite the growth in own revenues, there is a dependence on current transfers, especially to finance current expenses. Current liquidity demonstrates a stable financial situation, while debt indicators point to control of the capital revenue deficit. The study concludes that the relationship between revenues and expenses in the Municipality of Piracicaba/SP suggests generally good financial health for the municipality, with no concerns regarding personnel expenses with regard to the Fiscal Responsibility Law. However, future attention must be paid to personnel expenses, which represented the majority of total expenses, and to the fact that the increase in total revenues over the period was mainly driven by current transfers, with emphasis on transfers from the Basic Education Maintenance and Development Fund and the Municipal Health Fund.

**KEYWORDS:** Public Finances; Municipal Revenues; Municipal Expenses; Fiscal Indicators.

## INTRODUÇÃO

Os municípios brasileiros devem atender às normativas vigentes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Brasil, 2000). Essa lei pressupõe que as ações governamentais sejam planejadas, transparentes e permitam a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas (Brasil, 2000).

A LRF também estabelece o limite de gasto com pessoal que não pode ultrapassar o percentual estipulado da receita corrente líquida, sendo fixados para os entes públicos os seguintes percentuais: 50% para a União e 60% para os Estados e Municípios (Brasil, 2000).

Além disso, os gestores devem avaliar as demandas públicas de seus municípios e fazer uso eficiente dos recursos públicos municipais, com a finalidade de oferecer a melhor prestação de serviço público, diante dos recursos disponíveis (Gerigk; Clemente, 2012). Neste cenário, é essencial o equilíbrio entre as receitas e despesas públicas, uma vez que este equilíbrio é responsável por viabilizar a ação do planejamento governamental (Matias-Pereira, 2012).

Nesse processo de tomada de decisões, tornam-se relevantes os indicadores de gestão pública municipal, que tem como o propósito auxiliar o gestor em sua atuação eficaz, possibilitando que este avalie o desempenho financeiro, social e ambiental quanto as despesas de um órgão público (Coura; Carvalho; Souza, 2017).

Diante da importância do equilíbrio fiscal para uma gestão pública municipal eficiente, surge a seguinte questão: Como evoluíram as finanças públicas do Município de Piracicaba/SP no período de 2000 a 2019, considerando seus indicadores fiscais? Esta análise é fundamental para compreender a saúde financeira do município e identificar possíveis áreas de melhoria na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a relação entre as receitas e despesas do Município de Piracicaba/SP, no período de 2000 a 2019. Os objetivos específicos são a) coletar os dados financeiros do Município de Piracicaba/SP, no período indicado; b) calcular os indicadores de desempenho a partir dos dados coletados; c) analisar os indicadores de desempenho do Município de Piracicaba/SP, no período analisado.

## MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho pode ser classificado como descritivo-analítico, pois, conforme Martins e Domingues (2002) essa classificação é adequada aos estudos que adotam uma abordagem que utiliza técnicas de coleta, tratamento e análise de dados. Segundo Beuren (2004), as tipologias da pesquisa podem ser agrupadas em três categorias: a) quanto aos objetivos; b) quanto aos procedimentos; c) quanto à abordagem do problema.

Em relação ao objetivo, a pesquisa é classificada como descritiva, enquanto, em relação aos procedimentos, é classificada documental e estudo de caso. Quanto a abordagem do problema, é classificada como quantitativa por caracterizar-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento e análise dos dados.

A coleta dos dados foi realizada por meio do Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Piracicaba/SP, em que estão disponibilizados os balanços orçamentários anuais das receitas e despesas realizadas, no período analisado (Portal da Transparência, 2024).

Para avaliar a evolução das finanças públicas do Município de Piracicaba/SP, fez-se uso de indicadores que foram classificados em cinco grupos para mensurar o desempenho do município, entre 2000 e 2019, em concordância com pesquisas realizadas por outros autores, tais como: Soares, Flores e Coronel (2014); Guerra e Carvalho (2015); Brito e Dias (2016), sendo eles: Indicadores da Estrutura de Receitas; Indicadores da Estrutura de Despesas; Indicadores *Per capita*; Indicadores de Liquidez e Indicadores de Endividamento (QUADRO 1).

QUADRO 1. Indicadores de desempenho do setor público.

Indicador	Grupo	Fórmula
-----------	-------	---------

Participação da Receita Tributária (PRT)	Estrutura de Receitas	$PRT = \frac{\text{Receitas Tributárias}}{\text{Receitas Totais}}$
Participação da Receita de Transferências (PRTR)	Estrutura de Receitas	$PRTR = \frac{\text{Receitas de Transferências}}{\text{Receitas Totais}}$
Participação da Receita de Capital (PRCAP)	Estrutura de Receitas	$PRCAP = \frac{\text{Receitas de Capital}}{\text{Receitas Totais}}$
Participação do Fundo de Participação dos Municípios (PFPM)	Estrutura de Receitas	$PFPM = \frac{\text{Receitas do Fundo de Participação do Município}}{\text{Receitas Totais}}$
Participação do ICMS (PICMS)	Estrutura de Receitas	$PICMS = \frac{\text{Receitas do ICMS}}{\text{Receitas Totais}}$
Participação das receitas próprias no PIB (PRPIB)	Estrutura de Receitas	$PRPIB = \frac{\text{Receitas Próprias}}{\text{PIB}}$
Participação de Outras Despesas Correntes (PODC)	Estrutura de Despesas	$PRT = \frac{\text{Outras Despesas Correntes}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$
Dispêndio com a Dívida Fundada (DDF)	Estrutura de Despesas	$DDF = \frac{\text{Dispêndio com a Dívida}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$
Variação do gasto de investimento <i>per capita</i> (VGIP)	<i>Per capita</i>	$VGIP = \frac{\text{Gastos de Investimentos}}{\text{População}}$
Gasto Total <i>per capita</i> (GTP)	<i>Per capita</i>	$GTP = \frac{\text{Gasto Total}}{\text{População}}$
Receita Total <i>per capita</i> (RTP)	<i>Per capita</i>	$RTP = \frac{\text{Receita Total}}{\text{População}}$
Proporção da capacidade de gerar poupança <i>per capita</i> (PCPP)	<i>Per capita</i>	$PCPP = \frac{\text{Superávit Corrente}}{\text{População}}$
Liquidez Corrente (LC)	Liquidez	$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$
Financiamento de Capital (FC)	Endividamento	$FC = \frac{\text{Despesas de Capital} - \text{Receitas de Capital}}{\text{Receita Corrente}}$
Financiamentos da dívida de Custeio (FDC)	Endividamento	$FDC = \frac{\text{Receita Tributária}}{\text{Gastos Correntes}}$

Fonte: Elaboração Própria.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aferidos nos indicadores foram mensurados a partir dos dados deflacionados das receitas e despesas realizadas, disponíveis nos balanços orçamentários da prefeitura (TABELA 1).

TABELA 1. Indicadores de desempenho do setor público.

Ano	PRT	PRTR	PRCAP	PFPM	PICMS	PRPIB	PODC	DDF	VGIP	GTP	RTP	PCPP	LC	FC	FDC
2000	0,290	0,696	0,014	0,064	0,353	0,050	0,118	0,004	105	1689	1785	243	0,473	0,083	0,341
2001	0,316	0,682	0,002	0,061	0,347	0,053	0,145	0,012	90	1772	1839	175	1,019	0,059	0,350
2002	0,354	0,708	0,007	0,079	0,362	0,042	0,067	0,009	163	1733	1637	79	0,569	0,108	0,375
2003	0,352	0,709	0,006	0,073	0,362	0,035	0,082	0,009	123	1669	1571	42	0,376	0,090	0,364
2004	0,352	0,690	0,024	0,067	0,361	0,033	0,074	0,006	112	1657	1734	167	0,364	0,053	0,400

<b>2005</b>	0,358	0,695	0,014	0,073	0,364	0,032	0,069	0,034	159	1658	1842	340	0,929	0,085	0,447
<b>2006</b>	0,351	0,685	0,029	0,071	0,355	0,031	0,076	0,012	291	1921	2017	356	0,966	0,133	0,442
<b>2007</b>	0,358	0,705	0,016	0,072	0,338	0,030	0,156	0,013					0,995	0,134	0,446
<b>2008</b>	0,343	0,722	0,021	0,071	0,330	0,030	0,348	0,011	516	2508	2583	577	1,105	0,198	0,453
<b>2009</b>	0,328	0,740	0,027	0,064	0,326	0,030	0,174	0,027	447	2552	2689	545	1,285	0,156	0,425
<b>2010</b>	0,322	0,718	0,054	0,055	0,338	0,029	0,138	0,024					1,180	0,228	0,446
<b>2011</b>	0,337	0,712	0,044	0,059	0,328	0,028	0,140	0,004	707	3224	3340	706	1,409	0,185	0,452
<b>2012</b>	0,347	0,705	0,037	0,056	0,314	0,026	0,152	0,005	380	3154	3303	484	2,091	0,105	0,425
<b>2013</b>	0,366	0,722	0,002	0,057	0,321	0,023	0,146	0,007	201	3058	3275	440	1,858	0,068	0,424
<b>2014</b>	0,382	0,694	0,009	0,054	0,292	0,023	0,183	0,021	219	3208	3408	413	4,199	0,063	0,439
<b>2015</b>	0,374	0,703	0,010	0,054	0,307	0,022	0,241	0,012	276	3291	3228	218	2,590	0,088	0,406
<b>2016</b>	0,358	0,724	0,009	0,059	0,322	0,020	0,225	0,029	118	3150	3156	134	1,752	0,041	0,378
<b>2017</b>	0,359	0,706	0,022	0,054	0,315	0,021	0,244	0,065	99	3139	3248	161	0,989	0,017	0,387
<b>2018</b>	0,364	0,707	0,018	0,055	0,307		0,321	0,037	78	3088	3270	219	0,918	0,011	0,398
<b>2019</b>	0,376	0,698	0,014	0,054	0,247		0,234		128	3181	3465	386	1,179	0,030	0,430
<b>Mín.</b>	0,290	0,682	0,002	0,054	0,247	0,020	0,067	0,004	78	1657	1571	42	0,364	0,011	0,341
<b>Máx.</b>	0,382	0,740	0,054	0,079	0,364	0,053	0,348	0,065	707	3291	3465	706	4,199	0,228	0,453
<b>Média</b>	0,349	0,706	0,019	0,063	0,329	0,031	0,167	0,018	234	2536	2633	316	1,312	0,097	0,411

Fonte: Elaboração Própria.

No grupo de Indicadores da Estrutura de Receitas observou-se que os indicadores de PRTR, PFFPM, com respectivos valores médios de 34,9% e 6,3%, se mantiveram estáveis ao longo do período. Algo similar também foi observado nos indicadores de Participação do ICMS (PICMS) e Participação das receitas próprias no PIB (PRPIB), cujos respectivos valores médios foram 32,9% e 3,1%, exceto pelo fato, em 2019, da queda de 25% do valor médio do PICMS e da ausência de dados nos dois últimos anos do PRPIB. Já o indicador de Participação da Receita de Capital (PRCAP) apresentou seus maiores valores nos anos de 2010 e 2011, respectivamente 5,4% e 4,4%, bem acima do valor médio de 1,9%. Por fim, o indicador de Participação da Receita Tributária (PRT) apresentou uma tendência de aumento ao longo do período, partindo do seu valor mínimo de 29,0% em 2000 e alcançando o valor máximo em 2014 de 38,2%, demonstrando a importância da participação e evolução das receitas tributárias.

No que se refere ao grupo dos Indicadores de Estrutura de Despesas observou-se que os indicadores de Participação de Outras Despesas Correntes (PODC) e do Dispêndio com a Dívida Fundada (DDF) oscilaram ao longo do período analisado, valores médios de 16,7% e 1,8% respectivamente. Em relação ao PODC, se destacou os períodos 2008 (34,8%) e 2018 (32,1%), que apresentaram os maiores valores em relação à média. Já ao DDF os destaques foram para os anos de 2017 (6,5%) e 2018 (3,7%), bem acima do valor médio de 1,8%.

No grupo de Indicadores *Per capita* foram adotados quatro indicadores: Variação do gasto de investimento *per capita* (VGIP); Gasto Total *per capita* (GTP); Receita Total *per capita* (RTP) e Proporção da capacidade de gerar poupança *per capita* (PCPP). Nos indicadores VGIP e PCPP destacou-se que os valores sofreram uma tendência de redução no início do período analisado, entre os anos de 2000 e 2004 e a partir de 2005 houve uma aceleração no aumento desses resultados até o ano de 2011, quando ambos os indicadores atingiram seus valores máximos, respectivamente 707 e 706, voltando a reduzir até o ano de 2018 para a VGIP (78) e até 2016 para PCPP (134).

Para análise do grupo de Indicadores de Liquidez, adotou-se o indicador de Liquidez Corrente (LC) cujo objetivo é demonstrar o total do passivo financeiro que pode ser quitado a partir do total do ativo financeiro. Ao observar a evolução da Liquidez Corrente (LC) verificou-se um aumento da LC a partir de 2005 (0,929) chegando ao seu ápice em 2014 (4,199), valor inclusive representativamente superior aos demais anos, o que demonstrou que em 2005 para cada um real de deveres e obrigações financeiras no curto prazo, período de até um ano, havia cerca de 93 centavos em bens e direitos. Já em 2014, para cada um real de deveres e obrigações financeiras, se tinha cerca de 4 reais e 20 centavos.

No que se refere ao último grupo de indicadores, os Indicadores de Endividamento, optou-se por analisar os indicadores de Financiamento de Capital (FC) e de Financiamentos da dívida de Custeio (FDC). O indicador de Financiamento de Capital (FC) expressa qual a parcela da receita corrente financia o *déficit* das receitas de capital, enquanto o indicador de Financiamentos da dívida de Custeio (FDC) mostra o montante das receitas tributárias que é capaz de cobrir as despesas correntes.

Ao observar o comportamento dos indicadores FC e FDC, ao longo do período analisado, verificou-se que o FC apresentou uma tendência preocupante de aumento a partir de 2004 (5,3%) até 2010 (22,8%), mas felizmente uma tendência de redução após 2010 chegando em 2019 a apenas 3,0%. Já o indicador FDC apresentou uma tendência de aumento entre os anos de 2000 (34,1%) e 2006 (44,2%), se estabilizando entorno do valor médio (41,1%), nos anos posteriores do período analisado.

Por fim, mesmo não sendo um indicador específico apresentado neste trabalho, cabe destacar o montante dos gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida, por ser uma normativa estabelecida na LRF. Ao longo do período analisado se observou que, o máximo valor percentual obtido aos dividirmos os gastos com pessoal pela receita corrente líquida, foi de 46,79% em 2015, ano em que houve *déficit* entre as receitas e despesas toais, enquanto o menor valor percentual foi de 35,20% em 2008. Portanto em nenhum ano do período analisado, os gastos com pessoal ultrapassaram o limite de 60% das receitas correntes líquidas.

## CONCLUSÕES

A análise revelou certo desequilíbrio nas contas públicas do município nos anos de 2002, 2003 e 2015, quando as despesas totais superaram as receitas. Além disso, ao longo de todo o período analisado, as receitas próprias se mostraram insuficientes para arcar com as despesas correntes, evidenciando uma dependência crônica de outras fontes de recursos. No entanto, o município manteve-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto aos gastos com pessoal.

Além disso, identificou-se que, ao longo do período analisado, houve um aumento das receitas próprias e das transferências correntes, contudo as transferências correntes foram a parcela mais significativa das receitas totais, inclusive sendo perceptível o aumento da diferença entre as transferências correntes e as receitas próprias. Tais dados demonstraram uma dependência do município de receitas constituídas por parte dos impostos cobrados pelo Estado e União, que retornam aos Municípios mediante percentuais pré-definidos.

Em relação aos Indicadores de Estrutura de Despesas observou-se que a participação de outras despesas correntes (PODC) e do dispêndio com a dívida fundada (DDF) tiveram seus menores valores no início do período analisado, entre 2000 e 2002. A liquidez corrente (LC) demonstrou que, ao longo do período analisado, houve tendência de aumento em que os bens e direitos financeiros de curto prazo, superaram a partir de 2008, os deveres e obrigações financeiras de curto prazo.

No que tange aos Indicadores *Per capita* observou-se que os gastos com investimento (VGIP) se elevaram desde o início do período analisado até 2011, quando sofreram uma redução até o seu menor valor mensurado em 2018. Contudo, um fato interessante é que apesar da redução dos gastos com investimentos, não se observou um aumento do *superávit* corrente, pelo contrário, se verificou uma tendência positiva entre os gastos com investimentos e a capacidade de geração de poupança *per capita*, o que ajudou a desmistificar o fato que é necessário o corte de gastos em investimentos para promover o *superávit* corrente.

Por fim, em relação aos Indicadores de Endividamento foi observado que o financiamento de capital (FC) teve um aumento do início do período analisado até metade da série, ano de 2010 e posterior redução evidenciando que a parcela da receita corrente destinada para financiar o *déficit* das receitas de capital apresentou um descontrole durante o período central da série e passou a ficar controlada ao final do período analisado. Já o financiamento das dívidas de custeio (FDC) evidenciou que a parcela das receitas tributárias capaz de saldar as despesas correntes se elevou no início do período analisado e posteriormente se estabilizou, sem evidenciar uma tendência de aumento das receitas tributárias para cobrir as despesas correntes.

Dessa forma, as relações entre as receitas e as despesas do Município de Piracicaba/SP demonstram uma boa saúde financeira do município, não havendo preocupação com relação aos gastos com pessoal no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, os gastos com pessoal são as maiores parcelas das despesas totais, representando em média, quase metade das despesas. Outro fato

relevante é que, apesar do aumento das receitas totais ao longo do período, esse aumento foi impulsionado pelas transferências correntes, sobretudo pelos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do Fundo Municipal de Saúde. Quanto aos investimentos, houve uma redução representativa nos últimos anos, principalmente em novas obras e instalações.

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Igor V. Nogueira, Leticia P. Ramos, Alice Z. Nazato contribuíram para a curadoria e análise dos dados. Igor V. Nogueira procedeu com a metodologia. Alice Z. Nazato colaborou com o design da apresentação de dados. Igor V. Nogueira e Leticia P. Ramos atuaram na redação do trabalho.

Todos os autores contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

BRITO, Horlânia de Sousa; DIAS, Ricjardeson Rocha. O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no município de Parnaíba - PI. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 3, n. 1, p. 130-146, 2016. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/view/2704>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

COURA, José Eduardo Lacerda; CARVALHO, José Ribamar Marques de; SOUSA, Alecvan de França. Indicadores Sociais de Gestão Pública: uma análise nos maiores municípios da Paraíba. IV Encontro Brasileiro de Administração Pública: A Construção da Administração Pública do Século XXI. Anais dos trabalhos científicos João Pessoa/PB, 24 a 25 de maio de 2017. **Anais dos trabalhos científicos**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0565-578-indicadores-socias-de-gestao-publica.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

GUERRA, Fábio Oliveira; CARVALHO, José Ribamar Marques. Indicadores de desempenho no setor público: Percepção dos Gestores Fiscais. **Revista Gestão Pública Práticas e Desafios**. v. 7, n. 1, p. 51-65, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1890>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir. Gestão financeira dos municípios brasileiros de porte médio. **Revista Pretexto**, v. 13, n. 1, art. 2, p. 34-59, 2012. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/1030>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Publicidade Transparente: Prefeitura do Município de Piracicaba**, 2024. Disponível em: <https://transparencia.piracicaba.sp.gov.br/>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

SOARES, Cristiano Sausen; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; CORONEL, Daniel Arruda. O Comportamento da Receita Pública Municipal: Um Estudo de Caso no Município de Santa Maria (RS). **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 25, p. 312-338, 7 jan. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/981>. Acesso em: 17 de maio de 2024.